

**Mudança ou conservadorismo assistencialista no funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS's em Franca/SP. 2004 a 2006.** André Luis da Silva Pim. Professor Doutor José Walter Canôas (orientador). - Serviço Social - Curso De Serviço Social - Departamento De Serviço Social - Universidade Estadual Paulista - Campus de Franca.

A Assistência Social Pública é considerada formalmente, a partir da Constituição de 1988, como Política Pública de caráter universal e não contributiva, de direito do cidadão e dever do Estado e que integra o sistema de Seguridade Social Brasileiro ao lado da Saúde e da Previdência Social. A Assistência Social deve ser implantada com a participação popular em seu planejamento e execução via descentralização e municipalização política-administrativa. Estas diretrizes e princípios gerais estão expressas nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, bem como no artigo quinto da Lei n 8.742 de 7-12-1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) e na Política Nacional de Assistência Social-PNAS de 2004.

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar da política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações (BRASIL, 2004, p. 14)

Esta legislação representa um avanço formal para a Assistência Social Pública pelo fato de especificar e autonomizar tal política no que concerne sua atribuição, organização, princípios e objetivos, visto que antes não havia legislação específica sobre Assistência Social que era prevista dentro da própria Previdência Social ou incluída nos assuntos do Ministério do Trabalho.

Assim, a Assistência Social como política voltada para além da prática tradicionalmente assistencialista e clientelista, deve ser concebida e realizada enquanto um direito de seguridade social, de serviços e bens que garantam a satisfação das necessidades básicas, que seja, portanto, uma política pública de garantia e expansão de direitos sociais aos setores marginalizados do usufruto do desenvolvimento econômico e tecnológico e de demais políticas públicas.

Em Franca, desde 1988 com a implantação de unidades territorializadas de Assistência, as antigas UNISER's (Unidades de Serviço Social) o pressuposto da descentralização da coordenação e das ações de Assistência a nível local existe. As UNISSER's foram criadas objetivando melhor atender as demandas municipais crescentes que sobrecarregavam o antigo Departamento de Promoção Social (DEPRÓS), bem como aproximar o poder público a estas demandas (MARTINS, 1995). Atualmente, Franca conta com cinco destas unidades, antigas UNISER's e que agora passam a se constituir como Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), distribuídos pelas regiões norte, sul, leste, oeste e central do município.

O CRAS é uma inovação importante realizada pela PNAS-2004 na perspectiva de que o mesmo seja o principal órgão público de referência da Assistência Social no município, estabelecendo-se de forma descentralizada e incumbido de, entre outras atribuições, coordenar e executar projetos e programas de proteção social básica. Conforme a PNAS de 2004:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 28-29).

Desta maneira, por seus objetivos e atribuições, o CRAS revela-se como um objeto representativo do processo de mudanças de direcionamento da Assistência Social Pública - de política emergencialista e focalizada à planejada, preventiva e contínua.

Destarte, o conjunto da problemática suscitada acima nos instiga a verificarmos, através de um estudo científico, as significações do funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Franca no que tange à configuração das ações de Proteção Social Básica como efetivas mudanças na prática da Política de Assistência Social Pública na cidade, ou à perpetuação do conservadorismo assistencialista. Esta proposta de pesquisa é relevante pelo seu propósito de estudar a Política de Assistência e o CRAS em Franca por serem, na atual conjuntura, políticas decisivas sobre a condição de vida dos usuários.

A pesquisa será do tipo qualitativo e considerara como sujeitos significativos do estudo os gestores (cinco), assistentes sociais (cinco) e usuários (vinte e cinco) dos CRAS's do município (cinco). Estes sujeitos serão entrevistados aplicando-lhes um roteiro de entrevista semi-estruturado para coleta de dados. Estes serão analisados pelas categorias qualitativas de assistência e assistencialismo, direitos sociais, proteção social, pobreza e exclusão social. Empregaremos ainda, a técnica da observação não participante nas reuniões de planejamento realizadas na Secretaria do Desenvolvimento Humano e Ação Social (SEDHAS) de Franca que coordena os CRAS's. Além disso, será feita uma análise documental das informações preservadas nos relatórios técnicos existentes. O registro das informações das entrevistas será realizado mediante a técnica do uso do gravador, e coleta das informações advindas das observações não participantes nas referidas reuniões, será realizada mediante elaboração de relatórios.

Assim, compreendemos a metodologia como um fator que deve dialogar com a realidade do objeto de estudo e, portanto, não se constitui um elemento à parte, a metodologia se constrói dentro da própria dinâmica concreta da pesquisa sem perder a relação indissolúvel entre teoria e prática.

[...] o método *faz parte* do processo de elaboração científica e, por isso mesmo, deve ser estudado *em função da ciência a que serve*, e não como algo apartado dela, como se existisse autonomamente e contivesse prescrições infalíveis a serem cegamente *obedecidas* (MARQUES NETO, 1982, p. 51, grifo do autor).

A implantação dos CRAS's em Franca envolve um conjunto de medidas que tenta viabilizar uma transição do que tradicionalmente era realizado nas antigas UNISSER's para o que se estabelece para a exequibilidade da Política de Proteção Social Básica. A principal iniciativa desta política em Franca refere-se à construção de uma nova metodologia no trabalho social junto às famílias em situação de vulnerabilidade partindo dos pressupostos do Programa de Atenção Integral às Famílias presente na atual Política Nacional de Assistência Social. A construção desta metodologia iniciou-se em fevereiro de 2006 através de uma assessoria técnica junto às equipes profissionais dos CRAS's que elaboraram um

projeto piloto com 300 famílias das diferentes regiões do município para uma experiência, em estágio de implantação, que prevê um trabalho continuado por um ano e meio a fim de avaliar os resultados desta iniciativa. Esta proposição tem como principal finalidade à sistematização de uma metodologia no trabalho com famílias que busca um maior rigor científico, algo que pode trazer subsídios teóricos e práticos para se repensar a forma de atuação técnica dos agentes direta e indiretamente envolvidos na Assistência Pública local.

Contudo, acreditamos que estas inovações das políticas dos CRAS's em Franca não eliminam o risco de que se processe a reprodução da subalternidade e da opressão, principalmente, por não se estabelecer um debate permanente sobre os objetivos da assistência social em sua inserção no modelo político e socioeconômico do país que se expressa nas realidades locais. Julgamos, portanto, ser necessário reforçar as mediações sobre os significados concretos da Proteção Social Básica que se propõe prevenir situações de vulnerabilidade social dos usuários.

## BIBLIOGRAFIA.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Coordenação Maurício Antonio Ribeiro Lopes. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993):** legislação suplementar/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Conselho nacional de Assistência Social – CNAS e Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS ... [et al.]. 5. ed., Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf)> consultado em 27 de setembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS.** aprovada pelo Conselho nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n 130 de 15 de julho de 2005. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/NOB\\_versao\\_final.pdf](http://www.mds.gov.br/NOB_versao_final.pdf)> consultado em 25 de fevereiro de 2006.

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de orientação técnica – SUAS nº 1: Proteção Social Básica de Assistência Social.** Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/secretarias/guia\\_orientacao\\_tecnica.pdf](http://www.mds.gov.br/secretarias/guia_orientacao_tecnica.pdf)> consultado em 25 de fevereiro de 2006.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito: conceito, objeto e método.** Rio de Janeiro: Ed Forense, 1982. p. 33-77.

MARTINS, Lilia Cristina de Oliveira. **Um mapeamento da Assistência Social Pública em Franca/SP e a inserção do assistente social em sua formulação e execução:** um estudo das instituições sociais públicas do município. 1995. 335 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) na faculdade de História, Direito e Serviço Social-UNESP. Franca: Ed UNESP, 1995.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista:** o diálogo possível. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRANCA. **Plano Municipal de Assistência Social (2002-2005)**, aprovado em reunião extraordinária do Conselho Municipal da Assistência Social de Franca em 11 de outubro de 2001. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 2001. Disponível em: Secretaria do Desenvolvimento Humano e Ação Social de Franca.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência social na trajetória das políticas sócias brasileiras:** uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.